

Jorge Miranda/Rui Medeiros

Com a colaboração de

*Maria da Glória Garcia / Germano Marques da Silva / Américo Taipa de Carvalho /
/ Damião da Cunha / José Lobo Moutinho / Paula Ribeiro de Faria /
/ José de Melo Alexandrino / Pedro Machete / António Cortês /
/ Evaristo Ferreira Mendes / Henrique Salinas / Jorge Pereira da Silva /
/ Pedro Garcia Marques / Gonçalo Matias / Fernando Sá /
/ Margarida Menéres Pimentel*

Constituição Portuguesa Anotada

Volume I

Preâmbulo

Princípios Fundamentais

Direitos e Deveres Fundamentais

Artigos 1.º a 79.º

2.^a edição revista

Universidade Católica Editora

Índice geral

Autoria dos Textos	9
Abreviaturas	11
Nota Prévia	13
Nota à 2. ^a edição	15
Prefácio da 1. ^a edição	17
Introdução geral	19

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

Preâmbulo	55
------------------------	----

Princípios Fundamentais

Artigo 1.º <i>República Portuguesa</i>	58
Artigo 2.º <i>Estado de Direito democrático</i>	72
Artigo 3.º <i>Soberania e legalidade</i>	88
Artigo 4.º <i>Cidadania portuguesa</i>	92
Artigo 5.º <i>Território</i>	97
Artigo 6.º <i>Estado unitário</i>	104
Artigo 7.º <i>Relações internacionais</i>	112
Artigo 8.º <i>Direito internacional</i>	120
Artigo 9.º <i>Tarefas fundamentais do Estado</i>	139
Artigo 10.º <i>Sufrágio universal e partidos políticos</i>	146
Artigo 11.º <i>Símbolos nacionais e língua oficial</i>	149

PARTE I

Direitos e Deveres Fundamentais

TÍTULO I – Princípios Gerais

Artigo 12.º <i>Princípio da universalidade</i>	155
Artigo 13.º <i>Princípio da igualdade</i>	159
Artigo 14.º <i>Portugueses no estrangeiro</i>	180
Artigo 15.º <i>Estrangeiros, apátridas, cidadãos europeus</i>	194
Artigo 16.º <i>Âmbito e sentido dos direitos fundamentais</i>	214
Artigo 17.º <i>Regime dos direitos, liberdades e garantias</i>	223
Artigo 18.º <i>Força jurídica</i>	229
Artigo 19.º <i>Suspensão do exercício de direitos</i>	297

Artigo 20.º	<i>Acesso ao direito e tutela jurisdicional efetiva</i>	304
Artigo 21.º	<i>Direito de resistência.</i>	334
Artigo 22.º	<i>Responsabilidade das entidades públicas</i>	342
Artigo 23.º	<i>Provedor de Justiça</i>	355

TÍTULO II – Direitos, liberdades e garantias

CAPÍTULO I – Direitos, Liberdades e Garantias Pessoais

Artigo 24.º	<i>Direito à vida</i>	364
Artigo 25.º	<i>Direito à integridade pessoal.</i>	402
Artigo 26.º	<i>Outros direitos pessoais</i>	440
Artigo 27.º	<i>Direito à liberdade e à segurança</i>	461
Artigo 28.º	<i>Prisão preventiva</i>	478
Artigo 29.º	<i>Aplicação da lei criminal.</i>	485
Artigo 30.º	<i>Limites das penas e das medidas de segurança</i>	492
Artigo 31.º	<i>Habeas corpus</i>	503
Artigo 32.º	<i>Garantias de processo criminal.</i>	510
Artigo 33.º	<i>Expulsão, extradição e direito de asilo</i>	540
Artigo 34.º	<i>Inviolabilidade do domicílio e da correspondência</i>	548
Artigo 35.º	<i>Utilização da informática</i>	565
Artigo 36.º	<i>Família, casamento e filiação.</i>	582
Artigo 37.º	<i>Liberdade de expressão e informação.</i>	612
Artigo 38.º	<i>Liberdade de imprensa e meios de comunicação social</i>	624
Artigo 39.º	<i>Regulação da comunicação social</i>	635
Artigo 40.º	<i>Direitos de antena, de resposta e de réplica política</i>	639
Artigo 41.º	<i>Liberdade de consciência, de religião e de culto</i>	645
Artigo 42.º	<i>Liberdade de criação cultural</i>	668
Artigo 43.º	<i>Liberdade de aprender e ensinar</i>	673
Artigo 44.º	<i>Direito de deslocação e de emigração</i>	680
Artigo 45.º	<i>Direito de reunião e de manifestação</i>	683
Artigo 46.º	<i>Liberdade de associação.</i>	690
Artigo 47.º	<i>Liberdade de escolha de profissão e acesso à função pública</i>	697

CAPÍTULO II – Direitos, Liberdades e Garantias de Participação Política

Artigo 48.º	<i>Participação na vida pública.</i>	715
Artigo 49.º	<i>Direito de sufrágio</i>	718
Artigo 50.º	<i>Direito de acesso a cargos públicos</i>	724
Artigo 51.º	<i>Associações e partidos políticos.</i>	732
Artigo 52.º	<i>Direito de petição e direito de ação popular</i>	742

CAPÍTULO III – Direitos, Liberdades e Garantias dos Trabalhadores

Artigo 53.º	<i>Segurança no emprego</i>	758
Artigo 54.º	<i>Comissões de trabalhadores.</i>	774
Artigo 55.º	<i>Liberdade sindical</i>	784

Artigo 56.º	<i>Direitos das associações sindicais e contratação coletiva</i>	797
Artigo 57.º	<i>Direito à greve e proibição do lock-out</i>	815

TÍTULO III – Direitos e deveres económicos, sociais e culturais

CAPÍTULO I – Direitos e Deveres Económicos

Artigo 58.º	<i>Direito ao trabalho</i>	823
Artigo 59.º	<i>Direitos dos trabalhadores</i>	828
Artigo 60.º	<i>Direitos dos consumidores</i>	846
Artigo 61.º	<i>Iniciativa privada, cooperativa e autogestionária</i>	853
Artigo 62.º	<i>Direito de propriedade privada</i>	896

CAPÍTULO II – Direitos e Deveres Sociais

Artigo 63.º	<i>Segurança social e solidariedade</i>	925
Artigo 64.º	<i>Saúde</i>	943
Artigo 65.º	<i>Habitação e urbanismo</i>	956
Artigo 66.º	<i>Ambiente e qualidade de vida</i>	968
Artigo 67.º	<i>Família</i>	979
Artigo 68.º	<i>Paternidade e maternidade</i>	991
Artigo 69.º	<i>Infância</i>	995
Artigo 70.º	<i>Juventude</i>	1001
Artigo 71.º	<i>Cidadãos portadores de deficiência</i>	1004
Artigo 72.º	<i>Terceira idade</i>	1012

CAPÍTULO III – Direitos e Deveres Culturais

Artigo 73.º	<i>Educação, cultura e ciência</i>	1016
Artigo 74.º	<i>Ensino</i>	1019
Artigo 75.º	<i>Ensino público, particular e cooperativo</i>	1025
Artigo 76.º	<i>Universidade e acesso ao ensino superior</i>	1028
Artigo 77.º	<i>Participação democrática no ensino</i>	1035
Artigo 78.º	<i>Fruição e criação cultural</i>	1039
Artigo 79.º	<i>Cultura física e desporto</i>	1043

Nota Prévia

Os autores consideram importante manter disponível ao público e atualizada a *Constituição Portuguesa Anotada*. Neste sentido, sob a chancela de uma nova editora, sai agora a segunda edição revista do 1.º volume, o qual, por datar de 2010, não parece encontrar-se desatualizado, sendo as alterações introduzidas apenas as impostas pelo novo acordo ortográfico. Entretanto, os autores concentram o seu trabalho na interpretação e recolha de dados comparativos, jurisprudenciais e doutrinários relativos ao 2.º e 3.º volumes, de 2006 e 2007, respetivamente, com novas edições brevemente disponíveis.

Nota à 2.^a Edição

Esgotada há muito a primeira edição do presente tomo da *Constituição Portuguesa Anotada* e esgotada também a reimpressão, impunha-se elaborar uma segunda edição, devidamente atualizada e com maior uniformidade de tratamento e de apresentação das matérias.

Ao mesmo tempo, entendeu-se que era possível e necessário ir um pouco mais longe, procurando dilucidar mais os problemas suscitados pelos diversos preceitos, com estes confrontando as soluções legislativas e, sobretudo, colhendo os frutos da riquíssima jurisprudência do Tribunal Constitucional – tudo numa visão sistemática mais exigente.

Foi o que se fez ao longo de quase dois anos de trabalho. O resultado é um volume mais extenso do que é habitual entre nós. Mas julga-se que tanto o papel dos “Princípios Fundamentais” da Constituição quanto a especialíssima relevância teórica e prática dos direitos e deveres fundamentais o justificam plenamente.

Para a anotação de alguns dos artigos foi possível contar com a colaboração dos Professores Doutores Maria da Glória Garcia, Germano Marques da Silva, Américo Taipa de Carvalho, Damião da Cunha, José Lobo Moutinho, Paula Ribeiro de Faria, José de Melo Alexandrino, Pedro Machete e António Cortês, bem como dos Mestres Evaristo Ferreira Mendes, Henrique Salinas, Jorge Pereira da Silva, Pedro Garcia Marques e dos Drs. Gonçalo Matias e Fernando Sá.

A recolha de jurisprudência – exhaustiva até ao final de maio de 2009 – foi devida à Dra. Margarida Menéres Pimentel.

Para todos, o nosso reconhecimento.

Jorge Miranda
Rui Medeiros

Prefácio da 1.^a Edição

Fazer uma *Constituição anotada* implica um pesado e paciente esforço, por causa de duas características das Constituições atuais: a extensão dos seus preceitos e a constitucionalização dos vários ramos de Direito com a inerente complexidade das respetivos *têtes de chapitre*. E, tratando-se de uma Constituição como a de 1976, representa uma aventura calculada.

Os Autores resolveram, não obstante, enfrentar o desafio, por considerarem que já se alcançou um nível suficiente de sedimentação jurisprudencial, doutrinal e até cívica à volta da Constituição e por acharem que, depois de outras tarefas académicas e científicas a que se entregaram, era chegado o momento de realizar um projeto que, para o primeiro dos Autores, de resto, remontava a 1977.

.....

Ler a Constituição, lê-la com critérios jurídicos seguros, em termos razoáveis, sem pretensões de definitividade, olhando à história e ao Direito comparado, em diálogo com a jurisprudência e com os pés assentes na realidade do nosso País – eis o propósito que nos anima.

Mas, talvez mais importante do que isso, não desejamos senão contribuir para o aprofundamento de uma consciência constitucional, quer através do confronto crítico de interpretações e pré-compreensões quer através da descoberta de pontos firmes de confluência das perspetivas do legislador, do juiz e do cidadão no âmbito de um Estado de Direito democrático e de “uma sociedade aberta de intérpretes da Constituição”.

Temos esperança de que o esforço valha a pena.

Jorge Miranda
Rui Medeiros